

Gestos, águas e palavras na pesca amazônica

Carlos Emanuel Sautchuk
Universidade de Brasília

Essa visão [estática do espaço geográfico] é inaceitável porque o conteúdo técnico do espaço é, em si mesmo, obrigatoriamente, um conteúdo em tempo – o tempo das coisas [...]

Milton Santos (2008 [1996]:46)

As ciências sociais aliam-se à literatura e ao cinema ao concederem ao meio hídrico lugar de destaque na compreensão dos pescadores, de modo geral, e dos ribeirinhos amazônicos, em particular. Provavelmente não consiste exagero dizer que esses grupos são em boa parte das vezes caracterizados em função da relação com a água. No caso da antropologia, o vínculo com o meio hídrico aparece em geral como um aspecto definidor dos modos de vida, a tal ponto ser comum que surja como traço característico de uma população. Paradoxalmente, o mesmo movimento que assume e valoriza essa centralidade – chegando a instituí-la como critério de tipificação – parece muitas vezes induzir a preocupação mais detalhada do pesquisador para outros temas que não a relação com a água. Ainda que trazendo conclusões valiosas, muitas dessas abordagens acabam considerando tais sociedades segundo alguns pressupostos demasiado genéricos. Um dos exemplos é a insistência em privilegiar como estratégia compreensiva, muitas vezes de modo implícito, o contraste do universo haliêutico com o mundo da terra firme (e com o universo agrícola ou urbano, comumente). Talvez isso derive do fato de que as teorias sobre espaço, de modo geral, o assumem enquanto espaço terrestre. É bem verdade que as etnografias demonstram certa difusão das elaborações relativas aos ambientes terrestre e aquático, sugerindo uma dicotomia. Mas eleger tal contraste como oposição central pode ofuscar a apreciação de configurações locais mais nuancadas sobre o meio hídrico e seus sentidos.

Tendo em vista essa preocupação, abordo a relação com o meio hídrico de dois grupos de pescadores que habitam a vila Sucuriju, situada na região do estuário do Amazonas – os *laguistas* e os *pescadores costeiros*. A proposta aqui desenvolvida considera a água enquanto ambiente inspirada em duas ideias, cujos traços principais foram apresentados por Marcel Mauss no *Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós* (2003 [1906]). Em primeiro lugar, trata-se de assumir também para o meio hídrico a seguinte proposição de Mauss: “o solo só age misturando sua ação à de inúmeros outros fatores dos quais é inseparável” (*ibidem*:428). Isto implica, por um lado, que o ambiente não é inerte; por outro, que sua forma de ação só existe integrada a outros aspectos, como a pesca, o que aponta para a necessidade de se considerarem ambiente e técnica num mesmo conjunto.

É certo que ideia semelhante aparece em outras tradições do pensamento antropológico, como faz ver Julian Steward (1955), ao defender que o ambiente deve ser interpretado a partir dos aspectos relevantes para uma dada cultura, segundo sua tecnologia. Contudo, observe-se que, ao valorizar os fatores geográficos negando que eles tenham um sentido fora da relação que a sociedade estabelece com ele, Mauss não só rejeita difusionismos e determinismos, como também fixa um paralelismo entre a vida social e natural: “o movimento que anima a sociedade é sincrônico aos da vida ambiental” (*ibidem*:473). Ainda que os termos usados sejam menos acionados contemporaneamente, o deslocamento empreendido por Mauss no sentido de privilegiar um tratamento homólogo na consideração da relação entre sociedade e ambiente guarda todo o seu vigor.¹

Pode-se, é bem verdade, detectar intento similar em Evans-Pritchard, quando defende que o idioma Nuer é um “idioma bovino”, ou seja, a forma como esse povo nilota entende o mundo e a si mesmo passa pelos termos que regem a vida do gado. Ou ainda quando afirma que os Nuer e o gado formam uma única comunidade. Mas também neste ponto Mauss guarda uma singularidade a ser notada. Ele estava interessado não em evidenciar o tipo de sociabilidade entre humanos a partir de sua relação com aspectos do ambiente, mas em evidenciar o caráter generativo dessas relações. Para Mauss, “cada estação serve para definir todo um gênero de seres e de coisas” (2003:480). Além desse pressuposto de ordem ontológica, também adoto no presente trabalho o princípio metodológico seguido por Mauss ao comparar a mesma sociedade em duas estações, usando o contraste para conhecer o papel de diferentes formas de relação com o ambiente. Trata-se aqui, porém, de contrastar dois modos sincrônicos de relação com o meio hídrico estuarino empreendidos por uma população que habita o mesmo local, no mesmo contexto econômico, histórico e social, mas divididos entre especialistas nos espaços costeiro e lacustre.

As águas do Sucuriju

Com mais de 500 habitantes, a Vila de Sucuriju (ou, simplesmente, o Sucuriju) está localizada na foz do rio homônimo, a norte do estuário do Amazonas, no Cabo Norte, costa do estado do Amapá, Brasil.

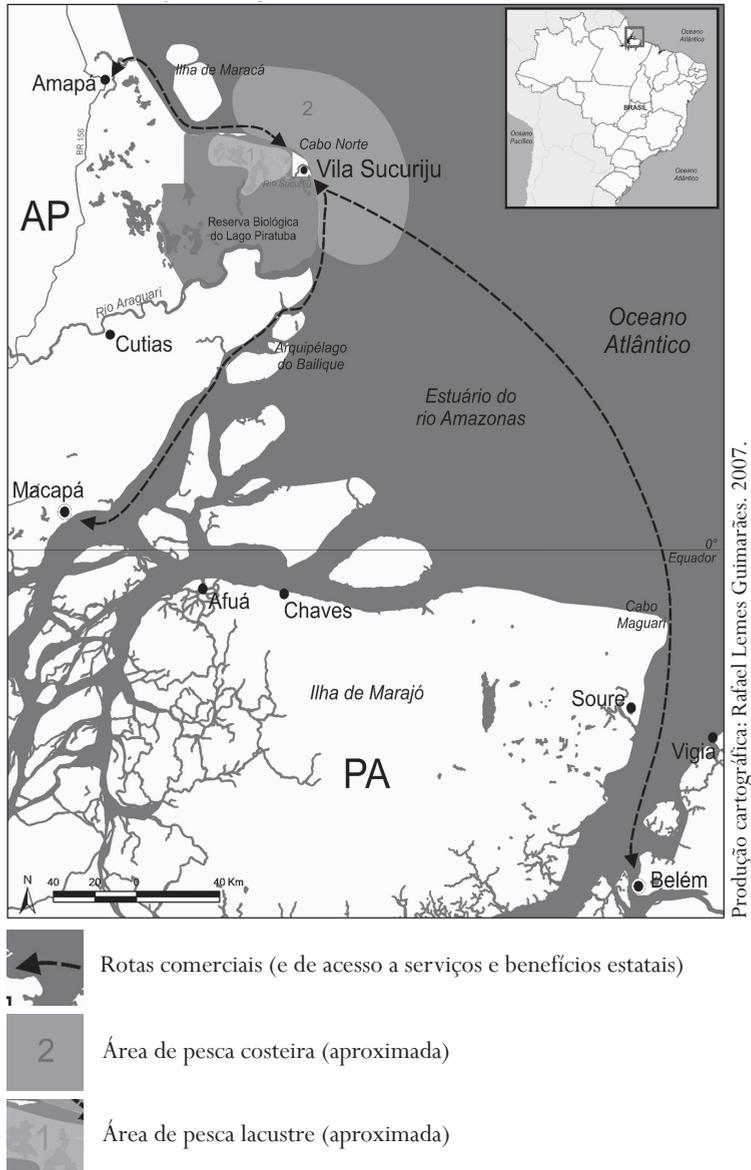


Figura 1: Mapa da região do estuário do rio Amazonas

Sendo continental, ela apresenta características insulares, já que a ligação com outras vilas e centros urbanos ocorre apenas através do mar (em ao menos 12 horas

de viagem). Isto porque a região em torno – compreendida pela Reserva Biológica do Lago Piratuba, criada em 1980 – é composta por mangues, várzeas e lagos, que praticamente inviabilizam o contato com os campos do interior do estado.

Nos *lanços* (marés de sizígia) a água salgada cobre todo o terreno, chegando a encontrar, nos meses de inverno, o mangue que fica atrás da Vila. Portanto, todas as construções são elevadas cerca de um metro e meio em relação ao solo. Essa altura diminui periodicamente e deve ser restabelecida com a elevação da ponte e das demais construções (todas em madeira), já que “a terra de ano a ano ela tem uma diferença, ela cresce”, conforme se diz localmente, sintoma este da constante transformação física desta região litorânea (cf. Costa, 1996; Silveira, 1998 e Gabioux, 2002).

A água do rio é salobra, em função da forte e constante entrada das marés, e as águas da chuva é que são utilizadas para o consumo. No inverno as precipitações são armazenadas em duas cisternas para suprir as necessidades do período de estiagem, de agosto a dezembro, através de um sistema de cotas semanais. Em 2009 começou a funcionar um sistema de “fabricação” de água através da dessalinização realizada na própria vila. A água é um tema muito importante no Sucuriju pela dificuldade de obtê-la para o consumo, mas também porque é um elemento central na diferenciação dos três ambientes que compõem a cosmologia local – a *Vila*, o *Lago* e o *Mar*.

O mito de origem do Sucuriju refere-se diretamente ao modo de experimentar o tempo na vila, que conjuga ritmos diferentes, devido ao posicionamento da vila entre o mar e os lagos. No evento primevo, a Cobra-Grande, animal pertencente ao lago – domínio das águas paradas – desce para abrir a boca do rio, possibilitando a entrada da maré e dando origem ao trânsito e ao comércio necessários à fundação da vila. O fato de que a vila surge juntamente com o rio, ambos levando o nome do animal mítico, indica a importância da relação entre o lago e o mar em sua configuração. Se o rio Sucuriju é, em toda a sua extensão, espaço de encontro da água doce, limpa e calma – que desce vagarosamente dos lagos – com a água salgada, barrenta e movimentada – que sobe em golpes vigorosos a partir do mar – a Vila do Sucuriju expressa em seu cotidiano as influências destes dois ritmos diferentes. Além do ambiente, das técnicas e do aporte econômico distintos, o lago e o mar envolvem temporalidades particulares, que se fazem sentir no dia a dia. Ademais, esses dois ambientes são fundamentais para a vida local, pois a especialização dos pescadores nas atividades lacustres e costeiras se reflete na singularidade de suas formas de socialidade.

O rio Sucuriju assume dimensões e propriedades variáveis, não se definindo

pela estabilidade de sua margem ou direção da corrente. Trata-se, na verdade, de uma passagem (*furo*), por onde a água dos lagos escorre para o mar e onde as marés adentram, percorrendo toda a sua extensão, até o trecho mais próximo da região de lagos (as *cabeceiras*), sem ultrapassar este ponto. A vazão dos lagos – que alimenta o rio com água doce, limpa e grossa – é contínua, tendo variação significativa em escala anual, marcada pelas estações verão e inverno que remetem à quantidade de chuvas que alimentam a região de lagos. Já a entrada das marés rio acima, trazendo água salobra, barrenta e fina, combina dois ciclos – um diário (*cheias e vazantes*) e outro quinzenal (*lanços e mortas*) – que implicam intensidades e direções particulares de corrente.

Espaço, tempo e técnica

O modo como a conjunção entre esses fluxos hídricos se apresenta no Sucuriju não deve, porém, ser tomado meramente como o resultado de alterações físicas, mas através do tipo de interação que se estabelece em cada uma dessas situações. Ou seja, é necessário tratar as propriedades hídricas em associação com as principais atividades desempenhadas, que são as expedições de pesca no lago e na costa e os deslocamentos fluviais, lacustres e costeiros. Afinal, pescadores e caboclos elaboram sobre a água não apenas porque vivem perto dela, mas porque seus principais modos de relação estão integrados a ela.

Nesse ponto, recorro ao geógrafo Milton Santos para articular a ênfase na ação na compreensão do tempo e do espaço com a proposição maussiana – da qual este texto parte – a respeito do aspecto relacional do meio geográfico. Santos é explícito quanto à necessidade de se fazer uma geografia da ação, já que “é o espaço em seu conjunto que redefine os objetos que o formam, por isso o objeto geográfico está sempre mudando de significação. Ele é instável e seu sentido aparece nas situações pragmáticas” (Santos, 2008:97). Explique-se que isso não remete obrigatoriamente a alterações físicas, pois a ênfase do argumento está no fato de que o espaço é um sistema de relações (*ibidem*:29).

Por isso, Santos sublinha a necessidade de se ter em conta a técnica ao tratar do espaço, considerando que tal medida leva a dois movimentos importantes tanto para a geografia como para as ciências sociais: tomar o humano e o não humano inseparavelmente e rever dicotomias tão tenazes quanto incômodas, como natureza/cultura e objetivo/subjetivo (*ibidem*:24). Ele pensa ainda que a noção de técnica: a) permite empiricizar o tempo, o que é fundamental ao intento etnográfico; e b) se encontra com a noção de meio geográfico, visto que este só pode ser compreendido como um fluxo de ações e objetos. É o caso, entretanto, de notar a definição que Santos dá ao termo: “As técnicas são um conjunto de meios

instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (*ibidem*:29). Seguindo a concepção maussiana sobre o tema (cf. Mauss, 2009), Santos enfatiza que não está se referindo às técnicas no sentido instrumental-utilitário (ou tecnologias, no jargão anglo-saxão que se difunde no Brasil), e sim ao fenômeno técnico, como conjunto mais amplo de fatores, acrescentando que essa forma de conceber o tema ainda não foi completamente explorada (*ibidem*:29 e 47).

Retomo assim a pista etnográfica já indicada, apontando para a necessidade de se abordar a realidade técnica da costa e do lago para compreender o sentido da água enquanto ambiente ou, numa formulação mais genérica, para dar conta do espaço e do tempo associados ao meio hídrico. Pensando a partir da abordagem de Santos, a simples constatação de que o ambiente costeiro tem propriedades constitutivas distintas das do lacustre seria insuficiente para explicar, por exemplo, as formas de vida dos diferentes pescadores e as semelhanças e as proximidades na maneira com que se referem ao lago e à costa. De fato, no lago, quando a água é apreciada, diz-se que ela está *bonita*, significando que ela reúne condições de turbidez e quietude diretamente relativas à interação perceptiva entre laguista e pirarucu. Na costa, as propriedades acionadas não têm fundamento estético, mas são relativas à hidrodinâmica, afinal, a água pode estar *macia* (sem ondulações), e ela *quebra* (muda de direção) ou *puxa* (acelera a correnteza). O mais significativo, contudo, é que termos comuns, como *buiado* e *fundo*, são acionados diferentemente no lago e na costa, justamente porque, mesmo sendo substantivos, dizem respeito a processos distintos.

Antes de detalhar estes aspectos, digamos a título de síntese que isto envia a uma constatação mais geral: se nos lagos a água integra uma espécie de semiótica, num jogo de percepções mútuas entre os seres, na costa diríamos que o fluxo hídrico compõe uma cinética, constituída de interações físicas entre os corpos. Como se pode notar, e em que pese o propósito comparativo, o arranjo (termino)lógico acionado para a aproximação antropológica a cada um destes contextos deve ser distinto. Assim, é possível comparar conjuntos de relações, e não elementos isolados, evitando recair no recurso analítico corriqueiro em estudos sobre cultura material e ecologia, que consiste em tomar a materialidade a partir dos termos ocidentais, adicionando-lhe um plano simbólico que seria, este sim, propriamente nativo. Mas tal distinção na abordagem das situações etnográficas do lago e da costa não pode constituir empecilho, visto que, como expressou Peirano (1992), na antropologia a pesquisa de campo tem implicações nas escolhas e nos desenvolvimentos teóricos. Neste caso, os dois ambientes

hídricos expressam relações distintas, inclusive nos termos locais, demandando, portanto, estratégias particulares de tradução antropológica.

A água como interface comunicativa

Lago é uma expressão que remete a uma grande região alagada, no interior da Reserva Biológica do Lago Piratuba, onde existem vários lagos e enseadas com nomes diferentes e de onde surgem igarapés e rios, como o próprio Sucuriju (figura 2). A principal referência temporal no lago são os astros (noite/dia), e não a maré, pois a água não se movimenta. Há uma variação de cerca de dois metros em seu nível entre a época seca e a chuvosa, mas a água apresenta um fluxo que incide no trabalho da pesca, como no mar. Apenas na época da seca as marés lançantes invadem os lagos periféricos, deixando a água salobra. Nas palavras de Macó, “no Lago a maré é parada, a água não corre. Lá você pode andar toda hora; qualquer hora é hora”.



Figura 2

O Lago, além de estar associado à ancestralidade da Vila – é onde habitavam os Antigos – é reputado um local extremamente aprazível em função de sua beleza, para a qual concorrem com grande importância as características de sua água – sem sal, sem barro e sem movimento. Ali há sempre água potável, em contraste com a vila, onde a água do rio é salobra em boa parte do tempo. Se, em face do rio e da costa, o lago é considerado o lugar da fruição estética, do conforto, ele é também o domínio das visagens, das malinezas, e é onde existe a possibilidade de confronto com os animais – não se negligencia jamais o risco

da agressividade do jacaré-açu (*Melanosuchus niger*), do sucuriju (*Eunectes murinus*) e da onça (*Panthera onca*). No lago, o trabalho se desenrola em associação com a luminosidade, o calor, o vento e o comportamento dos animais. Os horários preferenciais para *topar* (encontrar) o pirarucu são o início da manhã e o fim da tarde, em função dos hábitos do peixe, mas sobretudo porque nesses períodos o vento diminui e os sinais na superfície da água podem ser mais bem distinguidos.

A captura é realizada em canoas (*montarias*) a remo para duas pessoas, utilizando especialmente o arpão, e o peixe mais importante é o pirarucu (*Arapaima gigas*). A forma de captura também põe em relevo o papel central do arpoador (ou *proeiro*), já que ela resulta de seu duelo pessoal com o pirarucu, que envolve enfrentamento, esperteza e sedução. Assim como vários animais do lago, a exemplo do jacaré, do sucuriju, da piranha, do macaco, o pirarucu é dotado de personalidade singular, caracterizada pela interação ativa e criativa com o laguista, ainda que não o ameace fisicamente como os dois primeiros. Sua capacidade para fugir e lograr o laguista ou, inversamente, o fato de se entregar em alguns momentos, tem como correlato o engajamento pleno do arpoador nesse jogo de percepções e habilidades. Na proa da *montaria*, ele se mantém atento aos sinais do peixe, traçando estratégias e guiando o piloto através dos seus sinais, no mais absoluto silêncio. Chegado o momento oportuno, ele se ergue de haste em punho e lança, para em seguida aproximar-se do peixe através da *arpoeira*, a corda presa ao arpão. Eis o gesto principal dessa atividade de captura, entre pesca e caça, que consiste no paradigma das relações estabelecidas no lago.

Observe-se que a água dos lagos é turva, e que o laguista deve estimar a posição do pirarucu com base em sinais emitidos por seu comportamento: a *siriringa*, bolhas brancas que emergem conforme o peixe se arrasta na matéria orgânica do fundo; o *carculo*, ondulações na superfície quando ele se desloca a meia água; a *mexida* da vegetação quando o peixe arrasta plantas aquáticas; e o *buió*, ação com um som característico, quando o pirarucu vem à superfície para efetuar a necessária respiração aérea. São vários os tipos de *buió*, classificados de acordo com o comportamento do peixe: *brabo*, *dobrado-manso*, *bem manso* etc.

A caçada ganha outra intensidade a partir do momento em que o laguista identifica o pirarucu através destes sinais. O objetivo é encontrar a melhor aproximação e posição para lançar a haste sem ser percebido pelo peixe. Se, porém, o animal nota a presença do pescador, então todos os cuidados para passar despercebido são suspensos. A situação é outra, pois o peixe tentará fugir e é preciso persegui-lo. Este confronto pode ser considerado uma espécie de duelo na medida em que o laguista respeita o pirarucu, valorizando suas capacidades e considerando-o um rival capaz de vencê-lo.

Ele se defende. Deus o livre! as vez você tá enxergando ele assim, “pô, eu acertto esse rumo aqui”, no que você solta a haste das mão, ele já dobrou, já dobrou, já não pega mais nele! O bicho é tão veloz, o pirarucu, que é um peixe muito péssimo mesmo. [...] Na tua vista você tá enchergando que [ele] vai andando, vai atravessado, vai de proa, vem de rabo, mas se tu for arpoar ele, no choque da tua arpoada, se tu não souber arpoar, ele já se espantou lá na frente, já não pega mais, vai pegar só o rasto dele. Ele já foi muitos tempo. Na água clara, um pirarucu de buio, na água clara, é muito ruim de arpoar ele. É ruim porque o peixe quando ele buia, ele buia manso, a gente levanta aqui com força, é levantar e ele bater logo lá, não deixa nem a gente soltar a haste da mão. Já bateu, já percebeu a gente aqui.[...] Ele vê no choque da *montaria* [na água] que a gente levanta, ele conhece. Pirarucu é! As vez a gente arpoa, que quando a gente solta a haste da mão... Pirarucu buia como essa vara aí ó [a cerca de 15 metros], a gente levanta daqui, quando a gente vai soltar a haste da mão, que já vai enviar a haste, ele já bateu lá, a haste já não pega mais nada. [...] Ele ouve, não pode falar. Por isso que a gente não fala quando a gente topa um pirarucu, por causa disso. Ele é muito vivo, ele sente. A intenção dele é só lograr a gente. Pirarucu é. Ele não tem outra saída pra ele se não for lograr a gente.

Não fossem o bastante a aguçada sensibilidade e a *fineza* (esperteza) do pirarucu, a arpoada apresenta ainda duas nuances. É que durante a trajetória do arpão o peixe também se desloca, fazendo com que o lançamento deva dirigir-se a um ponto futuro, onde o peixe estará, e contar com sua convergência. Além disso, o arpão não perfura sua carne, a menos que o peixe *se espante*, torcendo o corpo e abrindo as escamas. Quando o *espanto* ocorre antes, ele desvia da arpoada, quando ocorre depois, o arpão não penetra. Tudo isso confere às disposições do peixe (e do *dono*, espírito que o controla) em relação ao proeiro um papel capital em sua própria captura, fazendo da destreza com o arpão um aspecto condicionante, porém nunca definitivo.

O potencial agressivo é, portanto, constituído junto com o peixe, ou melhor, depende de intenções e variantes alheias ao próprio proeiro. É possível atribuir a mesma constituição relacional à competência perceptiva, que requer a assunção do ponto de vista do peixe (ou de outros animais), isto é, envolve, mais do que o conhecimento objetivo sobre seu comportamento, a habilidade para saber o que o animal percebe ou não, viabilizando assim a aproximação. Estes dois aspectos apontam para uma constituição do espaço dos lagos totalmente permeada pelo tipo de relação venatória estabelecida com os animais. Entretanto, além da configuração de uma competência perceptiva e de um potencial agressivo, o

proeiro depende também da *prática do caminho* adquirida em ao menos uma década de experiência, possibilitando que ele se movimente pelos intrincados percursos entre mangais, escavados e lagos sem se perder.

A configuração mesma desta hidrografia (de suas fronteiras e características) fundamenta-se na relação de predação e remete às ações gerativas e destrutivas de seres como os *donos* dos animais e as *cobras grandes*. Mas notemos antes que a espacialidade dos lagos se dá pelas formas de interação. Além dessa toponímia baseada nos modos de deslocamento aquático, as localidades também recebem nomeações de ordinário por algum evento, pelo nome de um laguista, animal ou planta cuja frequência ou morada num local são significativas. Assim, por exemplo, o *escavado do Justo*, o *rego da Cobra*, a *ilha das Guaribas*, a *enseada do raio* etc. Os deslocamentos através desse ambiente pessoalizado são realizados pelos *caminhos*, que transpassam e conectam os lugares.

O próprio caminho resulta do trânsito, humano e não humano, dadas as transformações que o movimento opera no ambiente. Os diversos seres – como jacarés, pirarucus, sucurijus e laguistas – têm uma *batida*, isto é, um rastro que altera o local com sua passagem. O laguista, por exemplo, revolve a vegetação aquática e o *barro do fundo*, além de cortar pedaços das raízes aéreas e dos galhos com o *terçado* (facão). Os caminhos de humanos e animais são mantidos pelo uso constante, a ausência os *tapa*. Na verdade, mesmo quando passam a ser ignorados, os caminhos apenas ficam esmaecidos, desativados, pois se trata da ligação entre dois lugares cuja existência é sabida; ocorre que, pela falta de hábito ou por outras razões, como a má vontade de um *dono*, os laguistas não podem discerni-los ou atravessá-los. A Cobra-grande, contudo, é o ser que detém em maior intensidade essa capacidade generalizada para gerar caminhos – onde ela passa surgem cursos d'água, onde ela mora aparecem poços profundos, onde ela não mais transita a água seca.

Embora se deva partir de uma associação entre os caminhos e os seres, consiste imprecisão pensar nos termos de uma cartografia plana, por duas razões. Em primeiro lugar, não é apenas que os espaços ganhem significado em função de eventos ocorridos, mas eles são sempre qualificados pela presença dos seres. Isto porque cada ser é dotado de um campo operativo em torno de si, relativo às suas capacidades perceptivas e agressivas, e esse campo imbrica-se com os de outros seres. A rigor nunca se deixa de estar posicionado no campo de interação de outro ser – um animal, outro humano, um *dono* de certa localidade etc. – e o grande problema nos deslocamentos nos lagos é lidar com esse contato perpétuo, mantendo arpão a postos e olhos e ouvidos atentos. Uma complexa gramática de

disposições visuais se desdobra desse princípio, remetendo às inúmeras formas em que a visão pode colocar dois ou mais seres em interação.

Por outro lado, observo que não basta apenas visualizar o que aparece, mas deve-se sondar também o que está oculto sob a *flor d'água*. Não é inapropriado dizer que nesse contato contínuo entre seres deve ser incluída uma espécie de quarta dimensão dotada de parâmetros próprios, e que tem meios de comunicação com o mundo rotineiro. Afinal, tudo se concentra na passagem entre o *fundo* – que designa todo o meio líquido, não somente a camada inferior – e o *buiado* – que denota o meio aéreo adjacente à água. Laguiста e pirarucu vivem e se movimentam em seus próprios meios, e isto implica, claro, formas particulares de respiração, de deslocamento e de percepção – sonora, visual, olfativa e tátil. Porém, ambos estão obrigatoriamente ligados ao outro meio, por dois motivos. Primeiro, porque não podem deixar de avançar sobre ele: o proeiro está apoiado todo o tempo na água e só se move quando adentra o meio líquido com o remo; o pirarucu tem de ir à tona respirar e, ao se deslocar no *fundo*, produz alguns sinais. Depois, porque a forma de perceberem um ao outro é voltando a atenção para os sinais que emanam do outro meio. Por isso a *flor d'água*, além de fronteira entre os meios aquático e aéreo, é uma interface comunicativa da maior importância. Ali os laguiстаs evitam inscrever sua presença e se guiam pelo conjunto de índices produzidos pelo peixe e demais seres aquáticos.

A água como fluxo espaço-temporal

No Sucuriju ressaltam-se três características da região costeira do Cabo Norte, que consistem sinais diacríticos em face do rio, dos lagos e das demais águas alhures. Uma delas é água barrenta, resultado da grande quantidade de partículas sólidas despejada pelo Amazonas; outra é o fluxo intenso das águas, que determina uma das maiores amplitudes de maré do mundo e o fenômeno da pororoca; por fim, a pouca profundidade e as constantes modificações físicas da região costeira fazem com que a navegação seja bastante arriscada, pois estritamente dependente da maré e implicando o contato frequente com o solo, seja intencional ou inesperado.



Figura 3

A costa é tida como perigosa e inóspita, onde o ritmo do trabalho e das atividades em geral associa-se à temporalidade da maré, pelo que o simples fato de estar embarcado exige esforço e disposição. São utilizados barcos motorizados, de 8 a 12 metros de comprimento, com três ou mais tripulantes, para a captura sobretudo da gurijuba (*Arius parkerii*) com rede fixa ou espinhel (linha com centenas de anzóis). A entidade que organiza o trabalho no mar é o *barco*, termo que denota, além da embarcação em si, o motor, os apetrechos e a tripulação. Sendo a unidade de produção e de crédito, o barco é também o elemento que se movimenta, tanto em busca do peixe através do mar quanto em sua dinâmica interna de trabalho. Seu nome, suas características específicas, como a velocidade e a maneira de enfrentar a *maresia* (ondulações), suas estórias, a qualidade de seus apetrechos e da tripulação que o compõe, tudo isso opera em conjunto para

delinear a identidade do barco. O barco é que seca, que vira, que pega o fundo. O relato do naufrágio de um barco diz que ele “secou na costa do Pará”. E eles têm características que os singularizam: “este é um barco certo”, ou que “tomba muito”, ou que “é bom de porrada” etc. Estas características são determinantes no âmbito do trabalho.

A passagem pela barra do rio Sucuriju só é possível quando a maré avoluma as águas, facultando aos barcos transitarem sem tocar o fundo. À exceção do momento mais intenso das chuvas, entre fevereiro e abril, a entrada e a saída do Sucuriju ocorrem exclusivamente de acordo com o fluxo da maré. Considerando as consequências importantes que as marés, a geografia e as manobras náuticas acarretam às possibilidades de navegação no percurso entre o Sucuriju e as cidades do estuário Amazônico (principalmente Macapá e Amapá), é que se deve compreender a afirmação de um pescador, impaciente com os questionamentos de um grupo de funcionários sobre os horários do transporte desde Macapá: “Aqui é tudo por maré!”. Assim também, para dar a entender, em sentido figurado, que alguém esteve rapidamente no Sucuriju, diz-se que “veio e voltou na mesma maré”.

Deve-se conceder então um valor preeminente à relação com as marés na constituição da temporalidade do Sucuriju, já que ela fixa momentos favoráveis, e mesmo exclusivos, de passagem entre a vila, os lagos e a costa. A saída de um barco envolve fundamentalmente a preocupação com o momento da maré. As marés *mortas* (ou *de quarto*) são aquelas mais atenuadas, dos dias de lua crescente ou minguante. Já as *marés de lanço* (ou *de lua*) são as de sizígia, que atingem o ápice (*cabeços*) no terceiro dia após a lua cheia ou nova. Para uma dada localidade, a forma da Lua, que determina o momento de sua fase, associada à sua posição no céu, indica o momento das principais inflexões da maré.²

Essa terminologia fixa períodos que são delimitados por momentos de inversão. Quando as marés começam a subir, diz-se que *a água está puxando*, e quando baixam ao final do lanço, *quebrando*. O ciclo diário também é indicado pelas tendências e variações. Os termos *enchente* e *vazante* dizem respeito aos movimentos da água que levam à maré cheia e à baixa. Mas os estados em que ela se encontra são colocados sempre no âmbito de uma mudança. Assim, a maré pode estar *baixa de vazante* ou *cheia pra vazar*. Também quando se diz *a maré encheu* ou *vazou*, significa apenas que já se iniciou (e não que se completou) o movimento de encher ou vazar. Os próprios movimentos de enchente e vazante não são invariáveis. A enchente começa vigorosa (às vezes com pororoca) e para, depois de elevar o nível até acima da metade. Perto de uma hora depois vem a *dobra* da enchente, correnteza muito forte e com mais volume, que eleva o nível quase ao

máximo. Em seguida a velocidade diminui e a água se eleva vagarosamente até atingir o ápice, quando ela *para pra vazar*. A enchente dura de três a quatro horas, já a vazante cobre um período de oito a nove horas e começa lenta, mas logo aumenta a velocidade, principalmente nos locais em que o fluxo fica limitado a um canal à medida que o nível da água baixa.

Além da regularidade cíclica da maré ser considerada mais pelas inflexões e pelos movimentos do que pelos estados propriamente ditos, a intensidade variável através da qual ela se apresenta é algo tão importante quanto imprevisível. Isto fica expresso nas qualificações que recebem os termos que delineiam os ciclos. Uma enchente pode estar *tardando muito*, ou ser caracterizada como *preguiçosa*, assim como um lanço é *porrudo* (grande) ou *jito* (pequeno). As preocupações centradas na maré e no seu fluxo são, aliás, muito mais importantes do que qualquer consideração mais generalizante sobre o *mar*. Ainda que vez ou outra alguém fale do mar como um ambiente, este termo se refere o mais das vezes a um estado de agitação das águas – diz-se que dada localidade tem *muito mar*, ou seja, muitas ondulações. O domínio costeiro é denotado comumente pelos termos *fora* ou *costa*. Nisto reside, creio, um indício precioso sobre a espacialidade da navegação e da atividade pesqueira, que passa mais por enfatizar um espaço-tempo em transformação do que por fixar um domínio territorial. É de se notar também que não se estabelece ali nenhuma distinção clara entre o fluvial e o marinho. Um bom exemplo é o termo *maresia*, que se refere às ondulações causadas pelo vento, não apenas marinhas, mas fluviais e também lacustres.

O próprio termo *maré* não se restringe a uma propriedade das águas do mar, mas indica movimento. Nas ocasiões em que é possível perceber algum fluxo de água nos lagos, diz-se que *a maré está correndo*, mesmo que não haja ligação com os movimentos marinhos. É verdade que também se diz que a maré não passa das cabeceiras para o lago e que a entrada do *salgado* nos lagos a noroeste é tida como uma *invasão*. Isto aponta para as diversas formas de ação da água que estão reunidas sob o termo *maré*, quais sejam: *salgar*, *correr* e *tufar*. Em rios volumosos, como o Amazonas e o Araguari, e mesmo no Sucuriju no auge do inverno, notam-se claramente os limites sucessivos que estas características alcançam ao longo de seu curso. A salinidade é a que tem menor penetração; em seguida vem a alteração ou mesmo a inversão da corrente fluvial; e o aspecto que se nota mais a montante é a variação no nível da água.

Ainda que no Sucuriju muitos já tenham visto e sejam conhecidas as imagens do *Oceano* – referindo-se ao local a partir de onde a água é azul, depois da parte barrenta do estuário – e do médio e do alto Amazonas, a oposição entre rio e mar não é operativa para seus deslocamentos e atividades.³ Os rios da região são

tão caracterizados pela influência das marés que as propriedades de suas águas não justificariam essa cisão. Tal oposição faz ainda menos sentido em se tratando da região da desembocadura do Amazonas – entre o Cabo Maguari, na Ilha de Marajó, e o Cabo Norte e a Ilha de Maracá – onde os sucurijuenses pescam e realizam os deslocamentos para Macapá, Belém e Amapá. As formas de orientação não se referem a ambientes demarcados, mas às variações dos fluxos e das propriedades hídricas, considerando os rios mais como braços, onde a maré assume um comportamento particular.

Na costa do Amapá a maré enche de norte para sul e vaza no sentido contrário, e nisto consistem dois termos de orientação muito importantes – *pra cima* e *pra baixo*, respectivamente – aos quais se somam outros dois, indicando se a corrente se distancia ou se aproxima da embocadura do Sucuriju – *pra fora* e *pra beira*. Os termos são sempre acompanhados da preposição *pra*, designando direção, justamente porque não são propriamente lugares específicos no espaço que balizem um deslocamento, mas fluxos que aproximam ou apartam os lugares. De tal modo que tanto a direção quando a distância de um lugar não dizem respeito à topografia, mas ao fluxo hídrico, que abre a possibilidade e dita a forma de se deslocar. Para ir à cidade de Amapá (*pra baixo*), a saída do Sucuriju ocorre na vazante e o retorno na enchente. Para Macapá (*pra cima*), o inverso. As relações entre localidades se dão também em termos da quantidade de vazantes ou de enchentes necessárias para se ir de um lugar a outro, o que depende também do período da maré, da potência do motor e dos atributos da embarcação e dos tripulantes.

É pertinente interpretar este quadro a partir da ideia de *ativação*, que Cordell (1974) emprega para caracterizar os pontos de pesca no estuário de Valença, na Bahia. Ele mostra que os pesqueiros são “zonas de pesca atividades pela maré” (:387), operando nos momentos em que a maré favorece conjunções entre o movimento dos peixes, o funcionamento dos apetrechos e o deslocamento das embarcações: “escolher um ponto de pesca é em grande medida uma questão de gestão do tempo – colocando juntas informações sobre marés, técnicas e áreas de pesca” (:383). No Sucuriju a noção de pesqueiro não existe dessa maneira, numa relação pontual com trechos do fundo e circunscrita a eles. Não obstante, a ideia de que a conjunção de vários fatores é acionada pelo fluxo hídrico permite sublinhar o estatuto absolutamente central da maré sem recorrer ao vocabulário dos fatores limitantes ou adaptativos, mas enfatizando seu aspecto criativo. Ademais, desse modo, é possível assinalar o caráter multifacetado e dinâmico da maré, fazendo jus à variedade e à variação das possibilidades que ela apresenta aos pescadores nas diversas situações, não apenas de captura ou deslocamento.

As posições, as referências temporais, a captura do peixe, os movimentos em geral implicam a tal ponto a associação com os fluxos hídricos que não é exagero tratar a *costa* como um espaço-tempo fluido.

Mas tudo isso só pode ser tomado em relação com as estratégias náuticas e haliêuticas acionadas. Sim, pois é justamente o fato de ser uma pesca fixada ao solo – *estacada* (com rede presa ao solo) ou *escorada* (com apetrecho e barco fixos) – que faz da hidrodinâmica algo essencial da atividade dos pescadores. É que o ambiente costeiro pode ser caracterizado pelo fluxo intenso do espaço (o meio líquido) em que todos os elementos estão situados. Por isso, a posição estática representa, na verdade, a exposição máxima ao deslocamento do ambiente – água, troncos, peixes. Neste aspecto, os pescadores do Sucuriju acham muito menos problemática a *pesca de bubuia* dos barcos paraenses, que envolve saltar à deriva uma rede flutuante, com o barco conectado à sua extremidade, onde todo o conjunto acompanha o fluxo da água e suas variações. Para configurar, ao contrário, artefatos e técnicas capazes de permanecerem fixos, isto é, no antifluxo radical (ou no fluxo máximo, dependendo do ponto de vista), a operação da *estacada* ou da *linha escorada* envolve interações complexas e intensas com o regime hídrico. Nessa arte de permanecer estático para capturar o que passa, é preciso lidar com os efeitos mais intensos do movimento de todo o ambiente; daí a propriedade-chave da pesca de fora, que é a atenção ao *horário*, ou seja, aos movimentos da maré.

É no horário que ele [o pescador] tem que estar exatamente baseado. A ciência dele é no horário. A hora que ele tem que colocar a linha ou a rede, ele tem que escolher. Principalmente a linha, o espinhel. A linha, ela está escorada, você depende de puxar ela antes da hora. Se você não puxar, ela corre perigo. Principalmente se ela começar a arrebentar (Manoel Vales).

A rede não corre perigo nas transições entre marés, mas sua produtividade sim. O fato de o peixe ficar morto no aparelho e exposto quando o nível da água diminui exige agilidade na *revista*, para evitar a ação dos urubus e os efeitos deteriorantes do sol ou da lua. Em alguns locais a rede não chega a se descobrir por completo, principalmente nas marés mortas, havendo então menos tempo para *revistar* e fazer os reparos. Nas praias distantes da beira, há também um risco para os próprios pescadores quando saltam ao solo. Na pesca de rede *estacada*, diz Pelado, “tem que tá atento no horário que a maré enche, horário que dá pra gente ir pra *estacada*, horário que dá pra gente chegar na embarcação”, caso contrário a maré pode surpreender e levar alguém.

Possivelmente não seria inapropriado dizer que os barcos do Sucuriju são preparados para uma atividade anfíbia. Ainda que estar buiado seja a posição ideal, eles estão sujeitos a todo tempo a *ficar em seco* ou a bater no solo. Os naufrágios de barcos do Sucuriju em função da pororoca ocorreram em casos em que a embarcação estava *em seco* ou num local de pouca profundidade. Nessas situações, o barco fica preso ao solo e a pororoca e a correnteza ulterior podem fazê-lo tombar antes que ele consiga flutuar e sair da situação embaraçosa:

Se tiver *buiado* não, mas se tiver em seco, ou numa parte bem rasa, onde [a pororoca] consiga bater um pouco o casco dele [no solo], ela vira. E vira mesmo. Agora, na parte funda, não, ela não vira. [...] [Nessa parte] o perigo não é a pororoca, o perigo é a correnteza: se você pegar uma correnteza e a embarcação vier bater no seco. Enquanto a pororoca, não, ela pode vir alta como ela vier, a embarcação entra nela, ela cobre a embarcação, mas não vira. Só no seco: se ela bater uma embarcação no seco ela vira mesmo, porque ela não tem apoio de se defender, ela fica indefesa (Manoel Vales).

A preocupação ao enfrentar a pororoca expõe a questão central dessa navegação costeira, que se dá em torno do tipo de apoio em que o barco se sustenta. As possibilidades de estar flutuando (*buiado*) ou apoiado ao solo (*em seco*) orientam as manobras da navegação nessa região, cujos principais elementos são justamente a intensidade do fluxo hídrico e a pouca profundidade. Nas marés mais pronunciadas, com preamares elevadas e baixa-mares diminuídas, as correntes são muito fortes e em algumas dezenas de minutos um local onde se passava com folga já não permite mais o trânsito. Nesses casos, o barco que *enseca* durante uma maré vazante fica em posição desprotegida, pois ele não pode se movimentar e a enchente o encontrará provavelmente com a pororoca, restando então posicionar suas amarras para voltá-lo de proa e esperar que a onda não seja muito forte.

O que a pororoca traz é o *peso de maré*, diante do que o barco tem de usar suas capacidades de movimento, dadas também na vela, mas principalmente no motor. Ou então fixar-se ao solo numa posição conveniente para resistir ao seu ímpeto. Essas alternativas são avaliadas *in loco*, a depender das possibilidades de movimentação, tanto mais que a pororoca é rápida e imprevisível.

Isto incide não apenas no movimento do barco enquanto unidade, mas também no *serviço*, que indica a dinâmica a bordo. No trabalho no barco as atividades individuais são coordenadas em função de uma ação do conjunto. O lançamento ao mar da linha com os anzóis, mesmo não sendo executado por um especialista, é considerado a principal atividade da pesca no mar. Tarefa arriscada, seu

sucesso depende da habilidade do pescador em incorporar-se ao sistema do barco, fechando o ciclo de um movimento fundado em sofisticada coordenação. Sobre o convés embalado pelas ondas, jogando cada anzol ao mar em menos de um segundo, o pescador deve sintonizar precisamente seus movimentos com a tensão ótima da linha, que é o resultado da atuação dos outros camaradas (que jogam os ferros e as boias conectados à linha) e da velocidade do motor e da maré.

O fundo, o buiado e as temporalidades no Sucuriju

Manoel Vales, um dos pescadores que já trabalharam tanto no lago quanto *pra fora*, expressa assim a sua diferença:

A pesca do pirarucu é uma das pescas mais silenciosas que existem. Na pesca do pirarucu [o laguista] tem que depender da prática e do silêncio. Você tem de depender da calma do vento e da calma da maresia. Tem de depender do rastreamento, como a *siringa*, que nós chamamos, que esse aí é o nosso guia principal, é o guia do pescador que trabalha na área da pesca do pirarucu. Sem isso aí nós não somos quase nada, sem esse guia. E sem a prática também não seria nada, não adiantaria eu ir pro lago, dizer que eu ia mariscar pirarucu se eu não tivesse a prática de trabalhar com a espécie. Então, existe uma diferença muito grande de quem trabalha pra fora, na pesca da gurijuba, [onde] a prática depende de você conhecer o rumo que você vai trabalhar, a distância que você está trabalhando, pra baixo, pra cima, o horário... Essa é uma prática assim ampla, onde você olha a planície, não é no caso do pirarucu que você tem de ver a prática mais pro fundo, como se você tivesse um aparelho de mergulho pra poder encontrar a coisa lá no fundo.

Pensando nestes termos, é o caso de dizer que no lago o espaço é uma função do tempo, pois a percepção da hidrografia se atém às interações entre os seres, que constituem o ritmo da vida nesse local. Na costa, ao contrário, o tempo é uma função do espaço, pois é o próprio ambiente que está em movimento e estabelecendo possibilidades de interação entre o barco, o solo e o peixe, resumidas na noção de horário.

A propósito ainda da diferenciação perspicaz citada acima, lembro as dificuldades que os pescadores enfrentam quando buscam atuar na atividade contrária (cf. Sautchuk, 2007, cap. 3) – uma espécie de comparação vivencial. Sem poder detalhar este aspecto aqui, é necessário dizer que não se trata apenas de um problema de competência, mas da constituição de conexões distintas com os ambientes. Recorrendo à noção de *Umwelt*, ou mundo próprio, trabalhada por

Uexkull (1982), poderíamos pensar que de fato os aspectos de dado ambiente são considerados pelos outros pescadores de uma maneira até certo ponto exótica. Até porque não seria possível acessar do mesmo modo o que seja a relação com o ambiente para o outro, que se caracteriza por diferentes modos de articulação com os movimentos. Isto porque detectamos na etnografia do Sucuriju dois gêneros de seres e coisas, nos termos maussianos. Na perspectiva de Ingold, poder-se-ia entender que:

perceber o ambiente não é olhar para as coisas a serem encontradas nele, ou discernir suas formas e desenhos congelados, mas juntar-se a eles no fluxo material e nos movimentos que contribuem para sua – e nossa – formação contínua (Ingold, 2011:88).

Ingold pensa assim sobre as habilidades técnicas, reportando-se a Leroi-Gourhan, outro dos alunos de Mauss, que afirmava que os gestos técnicos não são ações sobre um mundo inerte, mas derivam da sinergia das ações humanas em diferentes redes de movimentos (Leroi-Gourhan, 1991). Para Ingold, isto significa que a habilidade não emana da pessoa, mas de seu vínculo com o meio. Por isso, uma abordagem meramente centrada no ambiente ou atenta apenas às habilidades do ponto de vista do indivíduo enfrenta dificuldades para dar conta dos processos mais complexos de engajamento como os encontrados na pesca.

Dito isso, notemos que *fundo* e *buiado* são categorias centrais no Sucuriju, mas de modo distinto para laguistas e pescadores costeiros, pois afinal remetem a formas diferentes de associação. Para falar da diferença na consideração sobre o fundo, tratemos dos temores relativos a certos aspectos dessas pescas. Enquanto os pescadores costeiros ressaltam o perigo das malinesas e dos animais dos lagos, que são vistos pelos laguistas como ameaçadores, mas controláveis, estes recebem a relação com a maré e com o anzol na costa, cuja habilidade para lidar é exatamente a característica do pescador. Se fôssemos pensar por meio das duas entidades que concentram os temores no lago e no mar, teríamos de contrastar a Cobra-grande e a pororoca. No caso do lago, quanto maior a profundidade, mais risco, pois os cursos d'água são habitados pelo grande predador aquático. Já no mar, quanto maior a profundidade, menos risco, pois a pororoca se forma no raso, a menos de 7 metros de profundidade. Isto implica que a noção de fundo se reverte em sentidos distintos.

A imersão no fundo representa também certo risco em ambas as situações. Mas o risco do pescador costeiro ao entrar na água é a fusão completa e letal com esse fluxo que, entretanto, o constitui. Já pular na água no lago é sempre

uma incógnita, pois é a exposição extrema ao desconhecido espaço do outro. No limite, o laguista poderia inclusive tornar-se pirarucu. Por isso, quando vai ao fundo por algum motivo, o laguista normalmente amarra uma corda na cintura, que assegura seu vínculo ao mundo *buiado*.

Por outro lado, há uma atividade lúdica em que tanto laguistas quanto pescadores imergem nas águas do rio. Trata-se do *jô*, um jogo de pique na água. Ainda que joguem muitas vezes em conjunto, é notável como os laguistas elaboram a atividade preferencialmente nos termos dos deslocamentos dos animais aquáticos, enquanto os pescadores falam sobretudo na linguagem dos fluxos hídricos e da resistência a ele.

Em suma, *fundo e buiado* são termos que transitam nas duas localidades com diferenças fundamentais, assim como humanos e artefatos. Tanto é assim que suas aparições na forma de verbos – *fundear e buiar* – têm importância maior em um dos ambientes. Fundear é mais acionado na costa, e tem relação com a operação de fixar embarcação e apetrecho ao solo. Já o ato de buiar é absolutamente central nos lagos, visto que é a ação por meio da qual os animais emergem, interagindo diretamente com o laguista. Estes dois verbos dizem respeito às principais questões derivadas do modo de relação nos dois ambientes. Na costa, como parar diante de um ambiente em fluxo intenso e constante? No lago, o que fazer quando se apresenta a ocasião para interagir explicitamente e não mais se imbricar de maneira subjacente? Trata-se da questão da força, ou de sua anulação, de um lado, e do problema de pré-sentir e de reagir ao contato repentino, de outro. Eis dois modos de vida muito díspares, cujo vocabulário semelhante a partir do qual se elabora sobre eles não deve confundir. Isto porque, ao que tudo indica, o sentido das palavras dos pescadores, assim como das águas em que vivem, só se pode saber ao certo quando vistos em ação, integrados aos ritmos e aos movimentos dos processos técnicos.

Recebido em 03/09/2011

Aceito em 12/09/2011

Carlos Emanuel Sautchuk é professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Realiza pesquisas sobre pesca, caça e sociedades caboclas amazônicas. Também empreende estudos no campo da antropologia da técnica e do corpo.

E-mail: carlos.sautchuk@gmail.com

Notas

1. Ver também as elaborações posteriores de seu aluno A.-G. Haudricourt (1962).

². Há de se dizer algo sobre o fato de que o dia de maiores marés tem um atraso em relação ao dia de lua cheia ou nova. Em oceanografia essa decalagem é chamada “idade da maré” e é atribuída à inércia das águas marítimas e ao seu atrito com o fundo, o que as leva a responder com retardo à atração lunar. Há também outra decalagem importante, chamada de “estabelecimento do porto”, entre o instante em que a lua cheia atravessa o meridiano e o momento da preamar (Geistdoerfer, 2002:149; Open University, 2000:66). Na foz do rio Sucuriçu, registrei variação de aproximadamente oito horas, ou seja, no dia de lua cheia (o astro no zênite a 0h), as preamares ocorrem por volta de 8h e 20h. Como essas decalagens são regulares, a forma da lua e sua posição no céu indicam com segurança os pontos-chave do ciclo da maré numa dada localidade.

³. Numa clara afirmação da visão contraposta, na região do estuário amazônico é comum nomearem barcos como Riomar.

Referencias bibliográficas

COSTA, L.T. 1996. *Sedimentação holocêntrica no estuário do rio Araguari-AP*. Dissertação de Mestrado, Centro de Geociências/UFPA.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. 2007 [1937]. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva.

GABIOUX, M. 2002. *Influência da lama em suspensão sobre a propagação da maré na plataforma amazônica*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, COPPE, Rio de Janeiro.

GEISTDOERFER, P. 2002. *Océanographie générale*. Paris: InfoMer.

HAUDRICOURT, A-G. 1962. “Domestication des animaux, culture des plantes et traitement d’autrui”. *L’Homme*, v. 2, n. 1, pp. 40-50.

INGOLD, T. 2011. *Being Alive: essays on movement, knowledge and description*. Londres: Routledge.

LEROI-GOURHAN, A. 1991 [1965]. *Le geste et la parole II - La mémoire et les rythmes*. Paris: Albin Michel.

MAUSS, M. 2009. *Techniques, technology and civilization*. Edited and introduced by Nathan Schlanger. New York, Oxford: Durkheim Press/ Berghahn Book.

MAUSS, Marcel. 2003 [1906]. “Ensaio sobre as variações sazonais das sociedades esquimós”. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.

OPEN UNIVERSITY. 2000. *Waves, tides and shallow water processes*. Oxford: Butterworth-Heinemann.

SANTOS, Milton. 2008 [1996]. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da USP.

SAUTCHUK, Carlos E. 2007. *O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá)*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de Brasília.

SILVEIRA, O. 1998. *A planície costeira do Amapá: dinâmica de ambiente costeiro influenciado por grandes fontes fluviais quaternárias*. Tese de Doutorado, Centro de Geociências/UFPA.

STEWART, J. 1955. *Theory of culture change*. Illinois: Univ. of Illinois Press.

UEXKULL, J. von. 1982. *Dos animais e dos homens (Digressões pelos seus mundos-próprios e Doutrina do Significado)*. Lisboa: Edição Livros do Brasil.

Resumo

O presente trabalho contrasta duas formas de relação com o meio hídrico no estuário do Amazonas – os lagos e a costa. Argumenta-se que a abordagem sobre o ambiente não pode prescindir de um tratamento das relações técnicas, o que envia ao problema do ritmo e do tempo. Ao fim, demonstra-se como nos lagos a pesca de pirarucu envolve relações semióticas, enquanto na costa a relação das técnicas com a maré resultam numa cinética (força, resistência etc.).

Palavras-chave: pesca, técnica, Amazônia, água, ambiente

Abstract

This paper contrasts two forms of relation with the water environment in the Amazon River estuary – the lagoons and coast. It is argued that the approach toward the environment cannot prescind dealing with the technical relations, which send to the problem of rhythm and time. At the end, it is demonstrated how, in the lagoons, the fishing of pirarucu (*Arapaima gigas*) involves semiotic relations, whereas, on the coast, the relation of the techniques with the tide result in a kinetic force, resistance etc.

Keywords: fishing, technique, Amazon, water, environment